

A CHINA, o seu passado e o seu presente

Há ou, com pequena diferença, havia apenas há dois anos—nada menos de quatrocentos milhões de chineses dentro das fronteiras do velho império chinês.

O leitor pode ver o que isto significa se comparar a população da China com a de outros países. Se o leitor somar todos os habitantes do Império Britânico encontra mais de quinhentos milhões—mas não podem ser chamados um povo único. Logo a seguir vem a União Soviética com cerca de cento e sessenta milhões.

Nenhum outro país, mesmo incluindo também as colónias, atinge, presentemente, a craveira dos cento e sessenta milhões—e, recorde-se, a China tem cerca de quatrocentos milhões.

Contudo, apesar da sua enorme população e da grande extensão do seu território, a China não tem sido admitida no mais restrito círculo secreto das grandes potências que pelos seus mútuos acordos ou conflitos decidem os importantes negócios políticos do mundo, mas tem, pelo contrário, sido um país necessitado de protecção especial e sujeito a todas as espécies de restrições à sua independência. Não é muito fácil dar a razão disto.

Há, a primeira vista, uma tentação de dar a espécie de explicação mais simples e dizer que isso é devido a algum defeito inerente de carácter. Diz-se mesmo que os chineses são incapazes, como raça, de se organizar em larga escala ou de lucrar, como o fizeram os japoneses, com os processos técnicos e administrativos que podem ser adquiridos no Ocidente. Mas esta explicação não é fecunda. Quem a construa apenas levanta um novo problema. Porquanto, a menos que se adopte uma doutrina de raça absolutamente nada científica, deve concordar-se em que o carácter nacional deve ser explicado como um produto da história. Actualmente não há nenhuma razão para crer que os chineses sejam, por natureza, incapazes de tomar parte primordial, em qualquer esfera da actividade humana.

Pelo contrário parecem ser, em muitos aspectos, excepcionalmente hábeis; produziram em todas as épocas da sua história grandes obras primas de literatura e arte; conservaram um governo unido durante longos períodos sobre uma área maior que o Império Romano; pode ver-se a sua capacidade comercial para onde quer que eles vão, como na Malaya ou nas Índias Orientais Holandesas, e mesmo na guerra os chineses se distinguiram no passado em várias campanhas notáveis no Tibete, Mongólia e Ásia Central.

A China possui nas suas províncias do Norte um dos grandes jazigos de carvão do mundo, apenas mal perfurado por minas. E o que é mais, as suas reservas de minério de ferro, ainda que não estejam entre as maiores do mundo, são suficientes para uma indústria pesada considerável.

Mas existiam certas coisas relacionadas com a sua velha civilização que fizeram com que a China resistisse às influências do Ocidente durante uma geração inteira, depois de o Japão as ter aceite. A civilização da China é não só muito velha, tem tido um longo desenvolvimento contínuo sem quebras incisivas, e desenvolveu-se das suas próprias origens remotas com muito poucos auxílios conscientes do exterior. Isto não é por não ter havido contacto entre a China e o mundo exterior; o isolamento da China no passado não deve ser exagerado, houve sempre algum contacto com a Ásia Oriental, e mesmo com a Europa, por meio das rotas transcontinentais de carava-

mas ou pela travessia do mar em volta de Malaya. Mas as influências exteriores nunca, até ao século presente, operaram uma mudança radical na cultura chinesa. O Budismo foi introduzido pela Índia, mas não conseguiu tornar-se a religião da China, como o Cristianismo, vindo da Palestina, se tornou a religião da Europa. Apesar de ter havido transformações na civilização chinesa—mais talvez do que algumas pessoas admitem—há muito mais continuidade na história chinesa do que tem havido entre nós. Há 3 ou 4 mil anos o povo da actual província de Honan, no Norte da China, construía cidades e falava e escrevia uma forma identificável da língua chinesa. Os chineses modernos podem olhar para este povo como sendo os seus antepassados, como nós não podemos olhar para os Babilônios, ou para os antigos Gregos ou para os Romanos. Esta continuidade da tradição na China foi incorporada acima de tudo no que se chama Confucionismo, e não é sem razão que um chinês do velho tipo declarava que o «Confucionismo é para os chineses como a água para os peixes».

O Confucionismo não era exactamente uma religião. Era uma espécie de Adaptação de todos os costumes, instituições e ideias do povo chinês desde os mais remotos tempos. O próprio Confúcio que era um prático homem de Estado assim como filósofo, nunca reivindicou estar pregando uma nova doutrina; a sua aspiração era pôr em ordem e preservar o que tinha sido legado pela antiguidade, de modo que no fim ele deu o seu nome ao que nós poderíamos, aliás, chamar «Chinesismo»—tradição cultural do povo chinês.

Na velha China os homens versados na literatura clássica da língua chinesa eram designados por um termo geralmente traduzido em inglês como «scholars» (eruditos), ainda que nós (ingleses) não tenhamos para ele um equivalente exacto. Estes eruditos tornaram-se, por fim, a classe governante do país. Os complicados processos usados na escrita chinesa (pintura se se quiser), tornaram-na difícil para que todo o povo se tornasse letrado. Por consequência os que eram escribas gozavam de grande respeito e os funcionários acabaram por ser escolhidos por uma espécie de concurso em conhecimentos de literatura. Este sistema foi muito útil em vários aspectos: restringiu o poder das famílias proeminentes locais e tornou possível administrar um vasto império com um mínimo de força. Mas teve um grande inconveniente: produziu uma excessiva prosápia de erudição entre os funcionários governantes e tornou-os inteiramente impermeáveis às novas ideias ou às lições dos acontecimentos correntes. Homens que não deviam a sua alta posição na sociedade nem a nascimento nobre, nem à riqueza, nem à pericia militar, nem à eleição popular, mas sim à proficiência num certo ramo do conhecimento estavam naturalmente ligados à ortodoxia da doutrina em que tinham sido educados. A China, durante muitos séculos, não esteve em contacto com nenhum povo de civilização original, uniforme; os seus vizinhos eram ora bárbaros, como os Mongóis e Manchus ao Norte, ora povos dos países que tinham derivado a sua civilização da própria China, tais como Hainan, Coreia e Japão. De modo que os eruditos confucionistas estavam convencidos de que a China era a única fonte de civilização real e que eles não podiam ter nada que aprender com estrangeiros. Nem se preocupavam muito com a superioridade militar das outras nações sobre os chineses. Duas

vezes em mil anos a China tinha sido completamente conquistada por bárbaros do Norte, primeiro pelos Mongóis no século XIII e depois pelos Manchus no século XVII.

Mas em ambos os casos—e especialmente no segundo, os invasores tinham sido absorvidos pelos chineses, de tal modo que os confucionistas tendiam a acreditar que a derrota militar e até a invasão estrangeira não eram muito graves sob condição de que o povo chinês pudesse continuar a viver à sua maneira própria, conservando os costumes e tradições dos antepassados. Por esta razão não estavam convencidos de qualquer necessidade de alteração até à experiência das guerras de 1839 e de 1856 em que a China foi derrotada, na primeira vez pelos ingleses e na segunda por ingleses e franceses actuando em conjunto.

Os governantes da China sentiram-se humilhados pelo seu malogro na luta contra os novos invasores do seu país, mas não acreditavam que alguma coisa fosse tão importante como conservar intacto o confucionismo, e assim não desejavam abrir as suas portas à ciência europeia ainda que somente para aprender o segredo da pericia dos europeus nas armas. As ideias, julgavam eles, eram de molde a ser mais destrutivas para eles do que navios e canhões.

No que diz respeito ao Imperador, estava almeja menos disposto a tentar modernizar o Estado.

A família imperial estava isolada por etiqueta e afastada de qualquer contacto real com o povo. Estava, aliás, perdendo prestígio e poder e o domínio sobre ela daquela extraordinária mulher a Imperatriz Viúva, Tsu Hsi, não aumentou a sua eficiência.

O Japão, por outro lado, não era governado por eruditos confucionistas mas por uma classe de nobres feudais militares, e o seu orgulho era o de nunca ter sido invadido, com sucesso, por um inimigo estrangeiro; de modo que quando os nobres japoneses viram os seus portos bombardeados ou ameaçados de bombardeamento por navios estrangeiros que eles não podiam alcançar com os seus antigos canhões, arcs e flechas, imediatamente viram que era preciso fazer alguma coisa neste campo.

E foram mais lesto do que os chineses a ir para a escola com os europeus e a aprender o que eles tinham a ensinar, porque sabiam que a sua própria cultura tradicional estava já caduca; todos os seus elementos fundamentais tinham vindo da China; nesse tempo tinha-se visto na cultura chinesa um processo de poderio nacional: assim, porque não rejeitá-la e readquirir cultura desta vez do Ocidente?

Discorrendo assim, os japoneses avançaram rapidamente desde cerca de 1870 com o que é por vezes designado pela deselegante palavra «occidentalização» e em pouco tempo puzeram de pé um forte Estado nacional com uma administração, exército, marinha e indústria modelados nos dos países ocidentais. Mas a China continuou a resistir às ideias ocidentais e à penetração económica, e tornou-se de cada vez mais fraca, em relação às expansivas grandes potências europeias. O Japão recentemente occidentalizado devia, em breve, ser acrescentado a estas nações ocidentais fazendo, do exterior, pressão sobre a China.

A China e o Japão entraram em conflito em 1894 por causa da Coreia, e a China sem preparação foi naturalmente batida. O Japão começou assim a sua carreira de conquistador no continente que não tem parado

desde então. O governo imperial da China estava de momento tão decrepito que caiu quase por resolução própria. Mas a revolução de 1911 que estabeleceu a República foi um caso meio sentimental e o velho grupo reteve muito do seu poder. Agora a principal dificuldade era de ordem financeira. Sob o velho sistema político o governo central tinha muito poucos rendimentos das suas propriedades; as províncias tinham os seus orçamentos particulares para fins de administração. Mas, ai pelo começo do século XX, o governo central tinha toda a espécie de dívidas que nunca tinha tido antes; entre elas não eram de somenos importância as indemnizações que a China tinha de pagar às potências estrangeiras por causa das guerras perdidas e dos tumultos anti-estrangeiros. Onde havia o novo governo de encontrar dinheiro? As tarifas habituais eram limitadas por tratados impostos à China por potências estrangeiras; os principais centros de comércio estavam nos estabelecimentos estrangeiros livres do controle chinês; e tentativas para aumentar os impostos das províncias conduziram a conflitos internos. Havia uma única saída—a conduta habitual de mínima resistência, empréstimos estrangeiros—e assim aconteceu até 1914. Mas depois de 1914 as potências ocidentais tinham outros destinos para o seu dinheiro que não fosse garantir créditos à China, e como consequência o Estado chinês desmembrou-se. Cada província vivia à sua maneira e a China foi envolvida numa série de guerras civis entre generais rivais. Depois de ter acabado a Grande Guerra na Europa, os banqueiros das potências ocidentais teriam estado de novo dispostos a emprestar à China, mas o país estava então numa tal desordem que ninguém desejava ariscar-se. É verdade que, depois da Grande Guerra, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos estavam ansiosos por proteger a China contra agressão externa. É essa a razão porque o Tratado das Nove Potências foi arquitetado em Washington, em grande parte por iniciativa britânica. Mas a Inglaterra e os Estados Unidos recusaram todo o auxílio nos assuntos internos nessa época, em parte porque tinham outras coisas em que pensar.

Assim foi entregue ao cuidado do partido revolucionário, o Kuomintang, ou Partido Nacional, a reunificação da China. O Partido Kuomintang durante vários anos antes de 1926 tinha apenas conservado a cidade de Cantão.

O seu chefe, Sem-Yat-Seu, era um idealista incorruptível e mais um profeta do que um homem de acção. Tinha-se munido de uma espécie de programa político baseado nos seus assim chamados «Três princípios do Povo»—em linhas gerais, independência nacional, democracia e reforma social.

No que diz respeito à democracia, o Kuomintang diferia na quase totalidade dos primeiros ideais da Revolução; os pioneiros da República tinham tentado introduzir dum só golpe uma democracia liberal segundo o modelo americano; mas a experiência não havia sido um grande sucesso, e Sem-Yat-Seu, por consequência sustentava a ideia do regime dum só partido, por um período de tempo durante o qual a China se devia preparar para um governo democrático autónomo.

Depois da Inglaterra e dos E. U. se terem recusado a auxiliá-los, Sem-Yat-Seu voltou-se para a União Soviética e foi com a ajuda russa que o segundo movimento revolu-

(Continua na página seguinte)

